

Apresentação

Em 1994 após as reuniões preparatorias para a IV Conferência Internacional da Mulher de Beijing que se multiplicaram em varios pontos do pais um grupo de pesquisadores resolveu dar prosseguimento a um conjunto de trabalhos cruzando informações sobre gênero pobreza mercado de trabalho e politicas publicas. A ideia era pensar alguns caminhos novos na formulação de orientações que pudessem balizar mais adequadamente o corte de gênero no interior das politicas voltadas para o combate a pobreza para a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho para os contornos que devem ser dados a legislação trabalhista e as politicas previdenciarias em franca alteração com impactos importantes para as relações homem/mulher

O presente dossiê é parte do esforço que foi realizado. Embora concluído em 1995 parece-nos carregado de atualidade merecendo destaque na REF. Das sete pesquisas inicialmente desenvolvidas estamos divulgando quatro¹. Algumas de perfil mais qualitativo outras quantitativas. Seu maior interesse é apresentar dados sobre assuntos pouco aprofundados e sistematizados entre nós face a uma conjuntura de profundas transformações no que diz respeito ao emprego a proteção social ao direcionamento das politicas publicas cada vez menos abrangentes e mais focalizadas com muitas areas passando por questionamentos que apontam para sua privatização

¹ Os artigos de Cristina Bruschini e Sandra Ridenti "Políticas de Emprego e Trabalho Feminino: um estudo exploratório em algumas grandes empresas sediadas em São Paulo" de Ricardo Paes de Barros Rosane Mendonça e Ana Flavia Machado "A Desigualdade da Pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero" e de Lena Lavinias e Virene Roxo Matesco "A Reestruturação Produtiva nas Empresas Brasileiras e seu Reflexo sobre a Força de Trabalho por Gênero" tendo sido já divulgados em outros canais não integram esse dossiê. Os dois últimos textos citados podem ser encontrados nas publicações do IPEA - série Textos para Discussão

Alice de Paiva Abreu, Angela Jorge e Billa Sorj apresentam uma reflexão absolutamente original sobre as possibilidades e limites dos projetos de geração de renda para mulheres dos setores populares. A investigação volta-se para o trabalho autônomo feminino, suas formas de financiamento, suas condições de reprodutibilidade para além do quadro precário no qual é quase sempre exercido. A *Cooparoca*, uma iniciativa bem sucedida de costureiras e artesãs do crochê da Rocinha, ilustra a análise. E sem dúvida uma contribuição valiosa para subsidiar criticamente práticas voltadas para o fortalecimento do trabalho autônomo e domiciliar num quadro de desassalariamento generalizado.

Lena Lavinas interroga-se sobre as diferenças entre homens e mulheres pobres e não pobres, questionando o vies de focalização das políticas sociais, cada vez mais presentes na delimitação do público-alvo. Com base em dados para 1990 da PNAD, procura interpretar-se na pobreza os diferenciais de gênero, tendem ou não a acentuar-se, fragilizando ainda mais a situação das mulheres, e exigindo, portanto, que se priorize esse grupo como clientela preferencial no interior das políticas de combate à pobreza. É um artigo polêmico nas suas conclusões, pois posiciona-se contrariamente à priorização e defende práticas universalistas.

Outro texto de cunho mais empírico e quantitativo e de autoria de Virgínia Botelho. Abordando o tema da previdência e da proteção social, ela evidencia o tratamento desigual entre os sexos no que tange a cobertura social, considerando classes de renda e faixas etárias e tipos de benefícios, e apresenta as características de gênero do sistema de aposentadorias no Brasil. Além de oportuno e bastante informativo, traz um conhecimento pouco difundido entre nós. Discute também os conceitos de cidadania social e a seletividade dos programas de proteção social.

Por fim, Leila Linhares, também numa ótica de esclarecimento e sistematização, aborda como evoluiu a legislação trabalhista no Brasil, com ênfase especial para a mulher trabalhadora. Trata de uma série de elementos intrínsecos à criação da lei e dos mecanismos de proteção ao trabalho, discutindo as modificações em curso com vistas a uma crescente desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Sinaliza o conteúdo das propostas de mudança da legislação trabalhista, vislumbrando seus efeitos sobre as trabalhadoras em particular.

LL